

O controlo operário na Revolução Portuguesa 1974-1975

Workers Control in the Portuguese Revolution 1974-1975

Raquel Varela*, António Simões do Paço** e Joana Alcântara***

Resumo

Uma das características-chave do processo revolucionário português – 1974-1975 – é o controlo operário, que evoluiu decisivamente a partir de fevereiro de 1975. Nas empresas nacionalizadas, nas principais empresas de metalomecânica e mesmo noutros setores entra-se numa situação de *controlo operário* para além da autogestão, porventura mais estabelecida nas pequenas empresas e nas empresas em reais dificuldades financeiras e/ou produtivas. Neste artigo faremos essa história distinguindo controlo operário dos processos clássicos de auto gestão, com referência aos principais trabalhos teóricos do marxismo nesta área.

Palavras-chave: revolução dos cravos; Portugal; controlo operário; auto gestão.

Abstract

One of the key features of the Portuguese revolutionary process (1974-1975) is workers' control, which grew significantly since February 1975. In nationalized companies, leading metalworking companies and even in other sectors begins a situation of workers' control beyond self-management, perhaps more established in small enterprises and enterprises in real financial and / or production difficulties. In this article we will do this history, distinguishing workers' control from classic workers' self-management processes, with reference to the main Marxist theoretical works in this area.

Keywords: Carnation Revolution, Portugal, Workers' Control, Self-management

* Raquel Varela é Historiadora. Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais e investigadora do Instituto Internacional de História Social, onde coordena o projecto internacional *In the Same Boat? Shipbuilding and ship repair workers around the World (1950-2010)*. É coordenadora do projecto História das Relações Laborais no Mundo Lusófono. É doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa). É neste momento Presidente da *International Association Strikes and Social Conflicts*. É vice coordenadora da Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal. E-mail: raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

** Investigador do Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova Lisboa.

*** Investigadora do Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova Lisboa.

“Não existe controlo operário quando pretendemos gerir os negócios do patrão”¹.

Operário naval, estaleiros da Lisnave, Margueira, 1975

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), em discórdia com a guerra colonial que durava há treze anos, põe fim à ditadura portuguesa, que tinha durado 48 anos sob a direção de António Salazar e – depois de 1968 – sob a chefia de Marcelo Caetano. De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe – que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em casa –, milhares de pessoas saíram de suas casas, sobretudo em Lisboa e Porto, e foi com as pessoas à porta, a gritar «morte ao fascismo», que no Quartel do Carmo, em Lisboa, o Governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche abriram-se para saírem todos os presos políticos; a PIDE/DGS² a polícia política, foi desmantelada; atacada a sede do jornal do regime *A Época* e a censura abolida.

No dia 28 de Abril, três dias depois do golpe, os moradores do bairro social (pobre) da Boavista, em Lisboa, ocupam casas vagas e recusam-se a sair, apesar de intimados pelos militares e pela polícia; os bancários começam a controlar a saída de capitais dos bancos a partir do dia 29 de Abril e montam piquetes às portas destes; no mesmo dia, os empregados de escritório ocupam o sindicato (os sindicatos estavam limitados na sua liberdade durante a ditadura e as suas direções eram pró-regime) e expulsam a direção; no dia seguinte, vários sindicatos ocupam o Ministério das Corporações e Segurança Social, que passa a chamar-se Ministério do Trabalho; nesse dia, 10 000 estudantes reúnem-se em plenário no Instituto Superior Técnico, a escola superior mais importante do país, de engenharia, e os trabalhadores da construção civil demitem a direção do sindicato e ocupam a sede. Começa a greve na Transul, empresa de transportes, e é formado o Movimento de Libertação da Mulher (MLM).

A manifestação do 1.º de Maio – que passa ser o Dia do Trabalhador – reúne cerca de meio milhão de pessoas em Lisboa. Medeiros Ferreira cita estudos que apontam para uma centena de manifestações, em que participaram cerca de um milhão de portugueses para ouvirem 200 oradores em todoo País (Ferreira, 1993, p. 35). As ocupações de casas sucedem-se. Nos primeiros quinze dias de Maio há greves, paralisações e nalguns casos ocupações em dezenas de fábricas e empresas. Várias manifestações, dirigidas sobretudo pela extrema-esquerda, condenam a guerra colonial (a três, a quatro e a cinco de Maio, entre outras) ... Tinha começado a revolução portuguesa, num país da Europa ocidental, a meio da década de 1970, no espaço geoestratégico da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

¹ “Controlo Operário”, In: PATRIARCA, Fátima, *Controlo Operário em Portugal (I)*, *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

² Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Direcção Geral de Segurança.

O império português ruiu tarde, em 1974, depois de ter mobilizado quase dois milhões de trabalhadores forçados (nas minas de África do Sul, plantações de algodão de Angola, entre outras culturas) e uma guerra de treze anos – 1961-1974 – para impedir a Independência dos países africanos Angola, Cabo-verde, Moçambique, Guiné Bissau. Mas a sua estrutura anquilosada levou à rutura social mais importante da Europa do pós-guerra – foi tão grande a queda quão longa fora a sua duração, de tal forma que nenhum historiador até hoje conseguiu juntar quantas reuniões de trabalhadores houve só na primeira semana que se seguiu ao golpe do MFA porque são centenas, talvez milhares³, em todo o País.

Anacrónico, brutal nas colónias, com congelamento da mobilidade social da metrópole que tinha pouco a oferecer aos seus jovens – um milhão e meio de pessoas emigraram do País sobretudo para a Europa central entre 1960 e 1974 (Barreto, 2005)–, o império levou o Estado Português até próximo do colapso, militar e financeiro, até que um movimento de capitães deu um golpe militar para pôr fim à guerra, no dia 25 de Abril de 1974. O golpe militar deu-se assim com escassa resistência, contabilizando-se, no total, quatro mortos, alvos dos disparos da polícia política cercada.

A revolução portuguesa, argumentámos noutro trabalho, tem quatro características determinantes que podem ajudar a explicar o alcance da disrupção social, que apesar de se ter dado num pequeno país, deu-se já na década de 1970 na Europa, com uma dimensão de controlo operário e disrupção do processo de acumulação inusitados nesta região neste período:

1. É um processo que nasce de uma derrota militar de um Exército regular por movimentos revolucionários guerrilheiros apoiados nos camponeses da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique;
2. Essa derrota combinou-se com a mais grave crise económica do capitalismo do pós-guerra, iniciada em 1973;
3. É marcada pelo protagonismo do movimento operário;
4. É marcada pelas especificidades desse mesmo movimento operário português, caracterizado pela sua juventude (grande massa de jovens camponeses recém qualificados que vão do campo para a cidade na década de 1960), desorganização política e sindical e a sua concentração na cintura industrial de Lisboa, capital do país. A não existência de organizações livres e democráticas de trabalhadores, um calcanhar de Aquiles do movimento operário português durante o Estado Novo, foi concomitantemente parte

³ No levantamento que realizámos com Alejandro Lora e Joana Alcântara, registámos centenas de reuniões na primeira semana que se segue ao golpe, mas é um levantamento centrado nos principais jornais, deixando de fora várias regiões do País e provavelmente centenas ou mesmo milhares de pequenas empresas.

da radicalização da revolução porque a ausência destas organizações na maioria das fábricas e empresas do País determinou a abertura espontânea do espaço para surgirem as comissões de trabalhadores.

A queda do regime deixava para trás um país europeu, colonial, com uma estrutura social que combinava uma indústria pujante, uma burguesia que dava os primeiros passos na internacionalização⁴ e um povo mantido com baixos salários, ignorância e atraso. Alguém lembrou que Portugal era então uma espécie de “Albânia atlântica” onde:

O divórcio é reprimido, onde há (muitos) livros, filmes e canções proibidas, onde todas as artes são censuradas, onde a comunicação social é amordaçada, onde muitas crianças andam descalças, onde a maior parte da população não dispõe de frigorífico, telefone, televisor ou casa de banho, onde não se pode dizer piadas sobre as autoridades ou criticar o poder, onde não há direito de manifestação ou greve, ou é preciso licença para ter isqueiro ou transístor a pilhas, onde a agricultura se faz com charruas medievais e tração animal, onde o movimento rodoviário se encontra pejado de carroças e carros de bois, onde o pronto-a-vestir é quase inexistente, onde a Coca-Cola é de contrabando, onde a polícia política exerce a tortura nas prisões, onde não há autoestradas nem ...eleições⁵.

Este era também o país onde, na metrópole, 30 por cento da população era analfabeta, não havia sufrágio universal, não havia um sistema de previdência universal e ir ao médico implicava sempre uma relação paternalista e comercial com as misericórdias controladas pela Igreja. Cruz Oliveira, nomeado para a pasta da Saúde logo a seguir ao 25 de Abril, orgulha-se de ter posto fim à dependência dos hospitais em relação às misericórdias e de ter acabado com o negócio das senhas (os familiares tinham de pagar uma senha para ver um doente no hospital) e com o negócio do sangue. “O sangue não se vende nem se compra, dá-se!”⁶ Finalmente, mesmo contando países como a Grécia e a Espanha, Portugal ocupava o lugar cimeiro nos mais baixos salários europeus (Barreto; Preto, 1996).

O 25 de abril foi, por isso, a data mais importante do século XX português. Porque pôs fim a este país e inaugurou outro. Esse “outro país” foi a feliz expressão do cineasta Sérgio Tréfaut, que realizou um filme com os originais dos cineastas

⁴ A Lisnave, por exemplo, do poderoso grupo Companhia União Fabril (CUF) é fundada na década de 1960 com capitais portugueses, suecos e holandeses.

⁵ Nota na Revista **Visão**, 2004, nº especial 25 de Abril, p. 1.

⁶ Entrevistado pela autora, 24 Fevereiro 2012.

estrangeiros e fotógrafos da agência Magnum que visitaram Portugal à “procura da revolução” onde os militares tinham barba e andavam nas manifestações.

Uma das características-chave do processo revolucionário português é o controlo operário que evoluiu decisivamente a partir de fevereiro de 1975. Nas empresas nacionalizadas, nas principais empresas de metalomecânica e mesmo noutros setores entra-se numa situação de *controlo operário* para além da auto-gestão, porventura mais estabelecida nas pequenas empresas e nas empresas em reais dificuldades financeiras e/ou produtivas. Este tipo de discussão é levado a cabo – de forma polémica – em todas as principais empresas, como demonstrou o estudo realizado por Fátima Patriarca ao levantar em algumas destas empresas os documentos de discussão plenária, nas CTs, sobre controlo operário. O controlo operário remete historicamente para experiências semelhantes, como em Petrogrado em 1917 ou em Itália em 1919-20, em que os trabalhadores não exercem a autogestão da empresa, antes esta é gerida pelos patrões sob controlo dos trabalhadores.

Na Sociedade Central de Cervejas, em maio de 1975:

Mas sempre esclarecendo que as chefias se mantêm plenamente responsabilizadas e pagas para fazer a gestão. O controlo operário não vem resolver todos os problemas dos trabalhadores. Não resolve o problema do pão, dos salários e do emprego dos trabalhadores. São necessárias outras formas de organização que levem os trabalhadores à tomada do poder.

Mas o controlo operário permitirá aos trabalhadores:

- a) Precaverem-se das tentativas de sabotagem económica.
 - b) Prepararem-se progressivamente para a tomada do poder político.
- (Patriarca, 1976a, pp. 48; 1056-1057)

Na Iberónica, em setembro de 1975, «os trabalhadores pediram o acesso aos livros de contas e o acesso ao controlo operário» (Noticiário Nacional, 1975).

O jornalista da RTP descreve a situação na empresa para as câmaras:

Estamos aqui na Iberónica, uma pequena empresa com 12 trabalhadores do ramo eletrónico, com problemas específicos às pequenas e médias empresas. Aqui se tem travado, já há longo tempo, uma luta entre os 12 trabalhadores e o patronato representado por um sócio gerente da empresa. A comissão de trabalhadores vai-nos resumir brevemente o que tem sido a luta dos trabalhadores contra o patronato reacionário.

Um dos trabalhadores:

Resume-se essencialmente no seguinte. Os trabalhadores já antes do 25 de Abril, portanto, eram considerados agitadores e comunistas, especialmente dois elementos da CT e uma camarada. E depois agudizou-se com a entrada do 25 de Abril, ele nunca soube aceitar o 25 de Abril. Fez levantamentos em massa de dinheiro e andou a cometer as suas loucuras num autêntico boicote à manutenção dos trabalhadores na empresa. Começou por despedir 20 trabalhadores, a pouco e pouco... E agudizou-se em dezembro (1974) quando despediu uma trabalhadora e selou a secretária a outra. Nós fomos ao Ministério do Trabalho e os trabalhadores tiveram que ser readmitidos. Depois continuou a agudizar-se e o nosso indivíduo em maio tentou roubar material para um amigo dele. Nós fomos para o MT e começámos a fazer um controlo na empresa que pensávamos que era um controlo operário, mas com a agudização da luta de classes em Portugal vimos que estávamos a ser enganados. Como estávamos a ser enganados, o patrão nem sequer aparecia cá na empresa, nós sofremos o boicote total desta entidade patronal, ele deixou de se responsabilizar por tudo, começou a dizer em altos berros que era reacionário e fascista, levantou dinheiro, faltou a uma segunda reunião no Ministério do Trabalho, dia 18 de agosto, o mês passado, então resolvemos ocupar as instalações. Apareceu então a uma reunião a 22 de agosto. A nossa única reivindicação é que a sociedade nomeie um gerente para estar à frente disto – nós não queremos a direção da firma, não queremos ficar com a firma, queremos que esse gerente vá gerir a firma em completo acordo com os trabalhadores. A comissão de trabalhadores faz um autêntico controlo operário sobre a produção [...] e isso é o que ele não quer.

O significado do controlo operário

Frequentemente, na literatura, confunde-se controlo operário com auto-gestão, com cogestão (que inclui os sindicatos) e também se confunde o controlo operário com situações de duplo poder organizado (soviets). O controlo operário é um dos temas mais interessantes mas menos estudados do período revolucionário em Portugal. É um paradoxo evidente, porque haver controlo operário é parte da definição de um período como revolucionário.

A história do controlo operário na revolução portuguesa poderia, na verdade, ser um fio condutor desta história social desde o início. De certa forma assim é. Ao seguir a história dos trabalhadores – e não de setores particulares desta *massa* – recuámos à base social dos movimentos de libertação nas colónias, chegámos

às reivindicações populares do pós 25 de Abril e encontramos-nos agora, algures a meio de 1975, na luta política organizada do setor industrial da classe trabalhadora, o movimento objetivo cuja *essência* é o confronto entre classes e frações de classes (a estabilidade ou ausência dela), o confronto social que *aparece* na história político-institucional como uma sucessão de crises governativas e militares.

A nossa escolha não é arbitrária – pode-se fazer a história dos Governos a partir dos decretos e das lutas políticas entre as frações do Governo, acrescentando a descrição das lutas sociais. Pode-se fazer a história do controlo operário nas principais fábricas e empresas do País – com reminiscências em todas as centenas e milhares de empresas satélites destas (numa indústria com alto grau de monopolização) – e ver como estas mudanças comprometeram a própria estabilidade dos seis governos provisórios.

A opção não é livre. Teoria e metodologia no labor da história não podem ser dispensadas nem por uma visão positivista que encadeia acontecimentos, nem pelo irracionalismo relativista pós-moderno que escolhe arbitrariamente os factos. Não é a crise política que dá origem ao controlo operário. É a luta nas empresas e fábricas que determina a crise política, que por sua vez vai ter impacto no controlo operário. Não há uma mera correlação, há uma relação causal.

Há poucos períodos na história onde este tema possa ser desenvolvido com a riqueza histórica da dimensão a que chegou este controlo no biénio 1974-1975 em Portugal. Encontram-se casos semelhantes no biénio *rosso* em Itália em 1919-20 (Harman, 2002) ou nas revoluções russas de 1905 e 1917 (Trotsky, 1980), e, por exemplo, mais recentemente, nos cordões industriais chilenos de 1972-1973 (Winn, 1986).

«Um burguês só está derrotado quando foge», escreveu o historiador C. L. R. James (natural de Trindade e Tobago) na sua monumental e incontornável obra *Jacobinos Negros*, que conta a história da revolução que deu origem ao Haiti (2000). Chegou-se aqui, em 1975, àquele momento raro na história em que setores da classe dominante literalmente fugiram do País e outros viram-se sequestrados nas empresas que outrora administravam. O facto de esta radicalidade ter terminado sem mortos, num golpe surpreendentemente consensual ao nível das principais direções, não diminui a dimensão do processo. O “*biénio rosso*” português foi uma das escassas circunstâncias na história do século XX europeu do pós-guerra em que de facto isso aconteceu, sob o impacto do desenvolvimento da *dualidade de poderes* imposta pelo controlo operário (e por outras formas de dualidade de poderes). Este é, por isso, um conceito determinante da história do controlo operário em Portugal – dualidade de poderes verificada pela conjugação destes fatores: *organização política dos trabalhadores ao nível da produção com vista a tomar o poder político do Estado*. Veremos como este fenómeno específico do processo revolucionário se afasta da autogestão e da cogestão, formas em que os trabalhadores passam a estar como patrões de si próprios, total ou parcialmente.

Colocámos como hipótese explicativa do processo de 1974-1975 em Portugal que o golpe de 11 de março surge já com uma tentativa meio desesperada de um setor/fração da burguesia portuguesa tentar derrotar a revolução de forma musculada, com um golpe de carácter bonapartista ou semibonapartista, porque justamente se tinha ampliado o processo de dualidade de poderes, nomeadamente nas escolas (com a greve dos liceus de fevereiro), nos bairros, com a explosão do movimento de moradores a partir de fevereiro de 1975, e com o próprio desenvolvimento do controlo operário. E que esse golpe, ao ser derrotado, ampliou a crise do Estado, abrindo portas ao desenvolvimento quase irreversível dos processos de controlo operário nas principais empresas do País. Na verdade, cremos que em parte a nacionalização de algumas empresas é levada a cabo não só por razões objetivas, para evitar a fuga de capitais e a falência do País – controlo sobre o investimento –, como para evitar o desenvolvimento do controlo operário que introduzia uma situação de dualidade de poderes. Este processo, argumentamos como hipótese explicativa, levou à rutura da coligação PS-PCP (Partido Socialista, Partido Comunista Português) e ao progressivo desmembramento do MFA, porque a situação social polarizava-se impedindo a estabilização de um governo de carácter frentista.

Evidencia-se que só se compreendem as mudanças políticas que levaram 1) à queda do IV Governo e à crise revolucionária; 2) à decisão do golpe contrarrevolucionário de 25 de novembro, tomada em agosto de 1975; 3) ao desmembramento do MFA, a partir de setembro de 1975, se se compreender o controlo operário nas fábricas e empresas e o embrião de coordenação nacional das comissões de trabalhadores, que se foi paulatinamente formando entre fevereiro e junho de 1975, contra a decisão de todos os partidos dos sucessivos governos, do PCP que era hegemónico nos sindicatos, agora organizados na grande central que já era a Intersindical, que havia saído do estado embrionário de 1974 com escassa representatividade para abranger quase 2 milhões de trabalhadores no verão de 1975. A não ser que consideremos que há uma autonomia da esfera política face à social, temos de encontrar resposta nas mudanças sociais para compreender as mudanças políticas (ao nível dos governos, na relação entre os partidos e o MFA).

A escassez de obras sobre o tema do controlo operário⁷ bem como a migração da história da esfera social e política para o âmbito político-institucional geraram uma confusão à volta do conceito de controlo operário, com poucos

⁷ Algumas obras não analisam o controlo operário, mas trazem à luz do dia documentação que serviu, com outras, de base a este estudo. É o caso de *O Futuro era Agora*, de Francisco Martins Rodrigues, *Greves no 25 de Abril*, de José Pires, e a mais ampla recolha, *Controlo Operário em Portugal*, de Fátima Patriarca. Os volumes *As lutas sociais nas empresas*, organizados por Santos *et al*, um capítulo nosso sobre o PCP e o controlo operário, em *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, e a tese de mestrado do investigador Miguel Pérez, que ao tratar a história das comissões de trabalhadores se refere parcialmente a processos de controlo da produção.

paralelos na historiografia social. É difícil encontrar um autor que use o mesmo *nome* para *coisas* idênticas. Pelo reverso, usa-se sobre coisas distintas, indiscriminadamente, o conceito de controlo operário. Ele é sobretudo confundido com autogestão, mas também, no caso da revolução portuguesa, com cogestão, intervenção do Estado nas empresas, ocupação de fábricas e empresas, processos reivindicativos de cariz sindical, democracia industrial e mesmo com a própria gestão do Estado.

Controlo operário é um processo de dualidade de poderes que consiste na organização política dos trabalhadores ao nível da produção – formalizada ou não – com vista a tomar o poder político. É uma *situação* no processo de luta no meio de um processo revolucionário e não uma estrutura ou instituição. Haver controlo operário é parte da definição do próprio conceito de um período como sendo revolucionário. Este fenómeno específico distingue-se da autogestão (forma em que os trabalhadores passam a ser patrões de si próprios) e da cogestão (os trabalhadores estão, normalmente através dos sindicatos, a gerir a empresas e/ou fábricas em parceria com os patrões e/ou com o Estado).

É comum ver também em algumas obras a associação entre controlo operário e situações de duplo poder organizadas, não reconhecendo estes autores a existência de controlo operário por não haver formas de organização conselhistas estruturadas (soviets). Cremos que esta visão é equivocada porque em determinadas situações o controlo operário pode ser mais forte que a dualidade de poderes a nível político, ou seja, a disrupção na produção no setor económico pode ser muito mais extensa do que a crise do Estado. Foi esse o facto que se verificou na revolução portuguesa, mas também em outros processos de controlo operário como com os *cordões industriais* chilenos ou os *conselhos* no biénio *rosso* italiano.

Na década de 70 do século XX, o controlo operário era amplamente debatido, a partir das experiências de 1968 (Brinton, 1975; Mandel, 1976; Hammond, 1981). Foi, porém, a teoria produzida pelos dirigentes revolucionários entre as revoluções de 1848 e a década de 1930 – Karl Marx (2011), Lenine (1976), António Gramsci (1921), Karl Korsch (Martorano, 2011), Leon Trotsky (1931), Pannekoek (1977), Adler (Martorano, 2011)⁸ – que aprofundou este debate teórico.

Não há, porém, um corpo teórico de síntese dedicado a esta questão em relação à qual, pela sua importância, aqui deixamos em resumo as principais escolas de pensamento e debate teórico (Ibidem).

Karl Marx, a partir da experiência histórica da Comuna de Paris, em 1871, desenvolve esta questão dando importância às experiências de gestão dos trabalhadores, mas apontando não para uma defesa da autogestão – a qual só existia

⁸ Ver sobre Adler o trabalho de síntese sobre a teoria do controlo operário apresentado por Luciano Martorano (2011).

realmente depois de o «proletariado tomar o poder», o que então denominou numa famosa frase, o «autogoverno dos produtores», – mas para o papel que a autogestão podia ter na aprendizagem, na experiência que poderia dar aos operários (Marx, 2011).

António Gramsci, analisando o controlo operário no biénio revolucionário de 1920-21 em Itália, quando Giolitti, chefe do Governo, perante a ocupação de fábricas em setembro de 1920, apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei do controlo operário, considerou que:

Para os comunistas, pôr o problema do controlo significa [...] pôr o problema do poder operário sobre os meios de produção, o problema da conquista do Estado. [...] Toda a lei sobre isso que emane do poder burguês tem um único significado e um único valor: significa que realmente, e não só verbalmente, o terreno da luta de classes mudou, na medida em que a burguesia é obrigada, neste novo terreno, a fazer concessões e a criar novos institutos jurídicos; e tem o valor demonstrativo real de uma debilidade orgânica da classe dominante (Gramsci, 1921, pp. 1-2).

Leon Trotsky teoriza sobre este tema a partir de um debate, no início da década de 30 do século XX, com os anarquistas alemães sobre a legislação dos conselhos de fábrica na Alemanha. Relevava então aquele que foi o primeiro presidente de um soviete (na Rússia em 1905) a questão da dualidade de poderes e diminuía o valor da institucionalização das formas de controlo operário:

Nunca escrevi conselhos de fábrica “legais”. E não só aponte inequivocamente que os conselhos de fábrica só podem se tornar em órgãos de controlo operário sob a premissa de uma tal pressão da parte das massas que pelo menos parcialmente no país e nas fábricas já foi estabelecida uma situação de duplo poder. É para mim claro que os conselhos de fábrica podem sob a lei atual tornar-se tanto em órgãos de controlo operário como a revolução dar-se no quadro da constituição de Weimar!(Trotsky, 1931, p. 1)

Trotsky levanta uma questão que nos parece central para explicar a revolução portuguesa: que em determinadas situações o controlo operário pode ser mais forte que a dualidade de poderes a nível político. No caso português verificam-se todas as condições que abaixo enumera, com exceção de um «fascismo vigoroso», uma vez que em Portugal o regime de ditadura ruiu logo na primeira semana a seguir ao golpe de 25 de Abril de 1974:

Um regime avançado de dualidade de poder, como uma das etapas altamente prováveis da revolução proletária em todos os países, pode se desenvolver de forma diferente em diferentes países, a partir de elementos diversos. Assim, por exemplo, em certas circunstâncias (uma crise económica profunda e persistente, um forte grau de organização dos trabalhadores nas empresas, um partido revolucionário relativamente débil, um Estado relativamente forte mantendo um fascismo vigoroso em reserva, etc.), o controlo operário sobre a produção pode ir consideravelmente à frente do poder político dual desenvolvido num país (Ibidem).

É muito mais difícil reconhecer a existência de controlo operário porque ele representa uma situação *de facto*, segundo Trotsky, que não tem registo institucional (no caso de Portugal há, porém, registo de decretos governamentais de controlo operário que visam pôr fim ao controlo operário!) e muitas vezes nem registo político. É uma forma de poder que se opõe ao poder institucional e, portanto, o seu registo é disperso ou mesmo inexistente. Mas no caso de Portugal, o desenvolvimento das CTs – e porventura o tempo histórico em que ocorreu, já na década de 1970, e ainda a militância intelectual junto das fábricas – levou a que na Revolução dos Cravos haja um manancial de fontes excecional a este respeito.

Lenine, responsável pelo primeiro decreto sobre controlo operário no mundo, em 1917, a propósito da discussão sobre o controlo operário nas empresas nacionalizadas, destacou a necessidade de nacionalização de *todo* o sistema bancário (e não de parte deste), o que implicava a nacionalização dos grandes consórcios industriais e comerciais, assinalando que «sem abolir o segredo comercial, o controlo da produção e da distribuição não iria mais longe que uma promessa vazia». Seria uma medida burocrática e não de controlo dos trabalhadores. A questão era central para os revolucionários russos, e não era uma questão teórica. Um dia depois da tomada do poder, a 7 de novembro de 1917, é escrito o projeto de decreto sobre o controlo operário:

- 1: Fica estabelecido o controlo operário sobre a produção, conservação e compra-venda de todos os produtos e matérias-primas, em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas, etc., que contem com cinco operários e empregados (pelo menos) [...].
- 2: Exercerão o controlo operário todos os operários e empregados da empresa, diretamente se a empresa for tão pequena que tal seja possível, ou por meio dos seus representantes, cuja eleição terá lugar imediatamente em assembleias gerais [...].
- 4: Todos os livros de contabilidade e documentos, sem exceção, assim como todos os arma-

zéns e depósitos de materiais, ferramentas e produtos, sem qualquer exceção, devem estar sempre à disposição dos representantes eleitos por operários e empregados [...] (Lenine, 1976, p. 63).

A discussão sobre o controlo operário estende-se, evidentemente, à forma organizativa que lhe dava sustento, organizada ou espontânea: os conselhos. Anton Pannekoek é dos autores que mais discutem esta questão, ao referir-se à «democracia do trabalho», afirmando mesmo que a «organização em conselhos é o único meio pelo qual a humanidade trabalhadora organiza as suas atividades vitais sem que tenha necessidade de um governo para dirigi-la» (Pannekoek, 1977). Karl Korsch desenvolve o conceito de *democracia industrial*, onde se opõe à ideia de luta pelo poder do Estado: «a luta em última instância decisiva é a travada pelo domínio da economia (ou da «organização do trabalho»), e não a disputa pelo controlo dos órgãos dirigentes do Estado» (Korsch, apud: Martorano, 2011, p. 32).

Em Portugal, em 1974-75, usava-se controlo operário indefinidamente para «participação na gestão», «publicidade dos vencimentos» e controlo sobre a produção (Santos; Lima; Ferreira, 1976, pp. 49-50) e as organizações políticas e sindicais batalhavam para que a expressão controlo operário adquirisse significados diferentes consoante a estratégia política. Durante 1974-1975 estes conceitos entrelaçam-se e atropelam-se porque a luta política, nas fábricas e empresas, evoluiu de forma igualmente intrincada. Como vimos, quase dia a dia várias empresas podiam passar de um estágio de conflito democrático (perseguição do informador da PIDE) para um de ocupação, o Estado intervir nessa empresa e pouco depois ela ficar em autogestão, ou a autogestão começar antes da intervenção, e mais tarde, ou antes, a questão do controlo operário ter sido colocada, e logo depois evoluir-se nessas fábricas para propostas de ligação embrionária do controlo dessa fábrica a outras do mesmo ramo ou setor.

Sendo ainda possível, até provável, que nessa mesma empresa ou fábrica, para manter o exemplo, se tenha travado uma luta política diária entre os que defendem a manutenção da propriedade e/ou controlo do Estado, e portanto formas de cogestão, os que defendem a necessidade de uma “batalha da produção” sem questionar a propriedade, argumentando com cogestão ou autogestão no sentido de concretizar esta proposta, os que acreditam na autogestão e desenvolvem mecanismo técnicos de controlo da produção, mas à margem da política da “batalha da produção”, e os que, num processo de controlo operário, procuram um enquadramento nacional e político de controlo das empresas que imponha a disrupção total do Estado.

Em várias empresas ficaram registos indiscutíveis desta conjuntura de poder. Nos estaleiros navais da Lisnave produz-se um documento no qual consta que o controlo operário deve exercer-se no sentido de: «[...] Mostrar à classe que

o aumento da produtividade e a crise do desemprego se não resolvem mudando de padrão (...)», e que

Se o controlo operário ao nível da fábrica é um primeiro passo que a classe operária dá para controlar a administração do padrão, o controlo operário ao nível de todos os estaleiros, depois ao nível do ramo metalomecânico e, por fim, ao nível de todas as comissões de trabalhadores do País são os segundos, terceiro e quarto passos que a classe dará e de que necessita para que os patrões não brinquem connosco como o gato com o rato (Patriarca, 1976a, pp. 48; 1056-1057) .

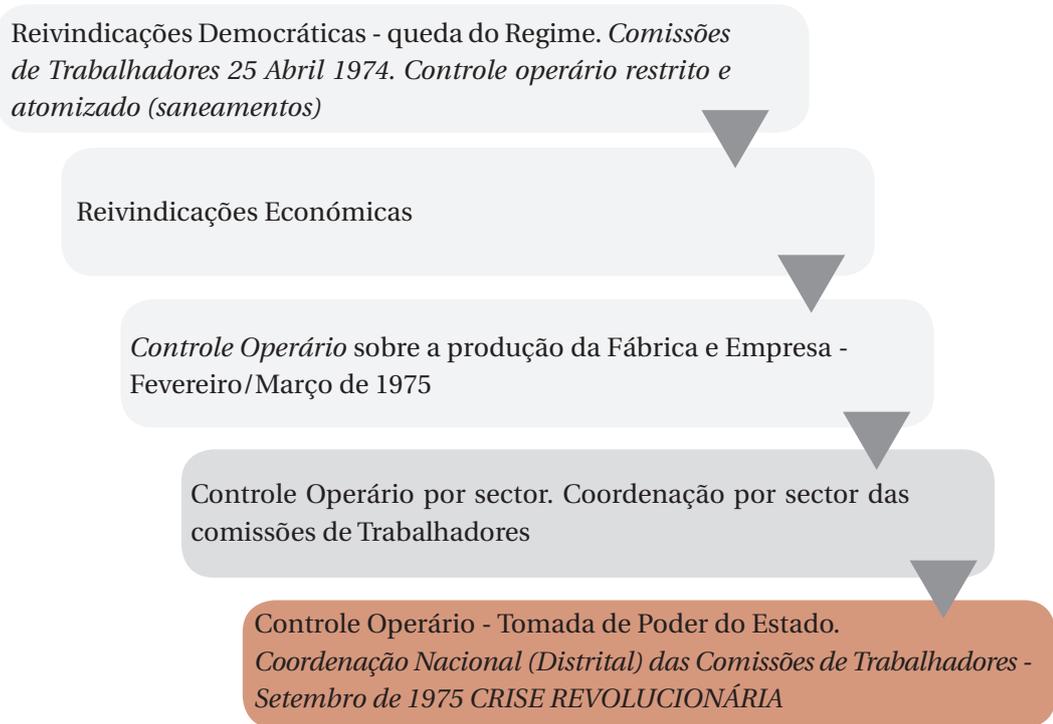
Fátima Patriarca, num estudo realizado sobre o controlo operário, dá dezenas de exemplos de comunicados das assembleias de fábrica e empresas onde se rejeita a batalha da produção e se defende o controlo operário, no sentido de uma medida de luta contra a exploração capitalista e como forma de o movimento operário criar lideranças e consciência de classe para abolir o sistema de relações capitalistas. O Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Lisnave, que rejeita medidas «inseridas numa batalha da economia que não significa apenas produzir mais»⁹. Os trabalhadores dos estaleiros da Margueira defendem também nesta data que «não existe controlo operário quando pretendemos gerir os negócios do padrão»¹⁰. Os trabalhadores da Sacor, no Norte, em maio de 1975 propõem a cedência de fuel e gás a empresas com problemas de ordem económica onde houve fuga dos patrões e defendem que o controlo operário só terá significado se «levar a um aumento da sua consciência (dos trabalhadores), isto é, se lhes fizer ver cada vez mais claramente quais são os seus verdadeiros interesses e se levar a pôr a questão fundamental: a conquista do poder» (Ibidem).

Com algumas exceções, pode sistematizar-se um modelo analítico em que a história do controlo operário na revolução se divide essencialmente em três grandes períodos: 1) formas atomizadas; 2) controlo operário coordenado por setor; 3) controlo operário disseminado a nível nacional e coordenado embrionariamente a nível distrital e nacional (Varela, 2011).

⁹ «A Situação Política e as Tarefas da Classe Operária». In: PATRIARCA, Fátima. *Controlo Operário em Portugal (I)*. *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

¹⁰ «Controlo Operário». In: PATRIARCA, Fátima, *Controlo Operário em Portugal (I)*. *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 1976 (n.º 47), pp. 765-816.

Quadro 1- Evolução do controlo operário na Revolução dos Cravos



Quadro 2- Exemplo do debate sobre controlo operário nas grandes empresas

Empresa	Data da fonte	Objetivos	Organização e forma de controlo da produção
Sorefome	4 de março de 1975	Saneamentos, despedimentos e reivindicações	
CT Socel	5-6 de maio de 1975	Batalha da produção Controlo sobre a gestão	
Ministério do Trabalho	7 de maio de 1975	Produtividade e reconstrução nacional	Cogestão (sindicatos)
Secretaria de Estado da Indústria	7 de maio de 1975	Socialismo, educação dos operários para gerirem a produção diretamente	Controlo operário (comissões de trabalhadores e comissões de reestruturação). Crítica da autogestão

Sacor (Grupo de trabalhadores)	Maio de 1975	Socialismo, poder operário/duplo poder, produção para as necessidades. Controlo operário. Crítica da autogestão	Comissões de trabalhadores
Sociedade Central de Cervejas (grupo de trabalhadores)	Junho/julho de 1975	Socialismo, poder operário/duplo poder, produção para as necessidades. Controlo operário. Crítica da autogestão	Comissões de trabalhadores
CDT Lisnave	14 de julho de 1975	Socialismo, poder operário/duplo poder, produção para as necessidades. Controlo operário	(Comissões controlo nacional das indústrias navais composta de delegados das comissões de trabalhadores)
CDT Lisnave	15 de julho de 1975	Educação dos operários para gerirem a produção diretamente. Controlo operário	Sem referências sobre a organização
Lisnave (Grupo-trabalhadores-Margueira)	Julho de 1975	Independência nacional. Controlo operário	Rejeição da cogestão
Dirigentes sindicais do Têxtil	30-31 de julho de 1975	Duplo poder. Rejeição da batalha da produção. Rejeição da auto e cogestão	Comissões sindicais e de trabalhadores.
Ministério do Trabalho	agosto de 1975	Controlo da produção e gestão em articulação com o Programa do MFA / Planeamento do Governo. Garantir medidas de austeridade	Comissões de controlo da produção com CT e sindicatos. Controlo fábrica a fábrica, sem coordenação.

CCPSorefame	Setembro de 1975	Educação dos operários para gerirem a produção diretamente.	
Ministério da Indústria	VI Governo Provisório (sem data)	Planeamento do Governo. Garantir medidas de austeridade.	Organização a definir. Controlo fábrica a fábrica, sem coordenação.
Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores	27-28 de setembro de 1975	Socialismo Controlo operário sobre toda a produção e extensível a todas as empresas. Recusa do controlo fábrica a fábrica.	Coordenação nacional de todas as comissões de trabalhadores.
EFACEC	Novembro de 1975	Controlo sobre toda a produção com vista à produção para as necessidades.	Sem referência
CT da cintura industrial de Lisboa	8 de novembro de 1975	Controlo detalhado sobre toda a produção, mas sem objetivos de alterar a propriedade das empresas.	Comissões de trabalhadores com sindicatos
EFACEC	9 de novembro de 1975	Controlo político sobre a produção	Controlo de todos os operários, rejeição da autogestão
Constituição	Abril de 1976	Controlo sobre a gestão	Comissões de trabalhadores
Diploma de controlo da gestão VI Governo Provisório	7 de julho de 1976	Controlo sobre a gestão	Comissões de trabalhadores

Fonte: «Controlo Operário». In: PATRIARCA, Fátima, *Controlo Operário em Portugal* (I) e (II).

Nas lutas sociais, a partir de 25 de Abril de 1974, existe controlo operário nas formas de protesto radicais (greves, sequestros, ocupações). Este controlo, que não é igual às reivindicações sindicais (melhorias salariais, etc.), existe sobretudo ao nível da luta que força as administrações a mudarem a sua composição (saneamentos). Nesta fase, o controlo operário é atomizado, o centro é a empresa – e não o poder político estatal –, a luta é pela recomposição da administração e não pelo controlo da produção na totalidade, e não há coordenação nacional destas formas de ação coletiva, nem sequer embrionária.

Existem, entre abril de 1974 e fevereiro de 1975, vários processos de luta radicais, que se dão ao nível das empresas, cujo núcleo é reivindicativo. Há vários processos autogestionários que se distinguem do controlo operário por defenderem a propriedade da empresa nas mãos dos próprios trabalhadores¹¹. O controlo operário nesta fase amplia-se, mas é limitado a alguns setores de empresa como na TAP, ou à totalidade delas (Lisnave, Jornal do Comércio), ainda assim restrito quando se olha para o panorama nacional.

Movidos por interesses de ordem democrática (garantia das liberdades), os trabalhadores exercem pressão nas empresas com vista a determinar a composição da administração (saneamentos). Os trabalhadores, no sentido de forçarem essa mudança, organizam-se em comissões de trabalhadores de forma quase espontânea. Essa forma organizativa permite colocar o caderno reivindicativo de tipo económico no centro das atividades das comissões de trabalhadores, ao juntar, de forma assembleária, sujeitos sociais cujo interesse comum era a melhoria das condições e relações laborais. Este encontro de um sujeito social, agora unificado na comissão, vai determinar uma evolução da consciência política (e também por influência de jovens quadros da esquerda radical e por incapacidade do regime, num quadro de profunda recessão, evitar o crescente desemprego (Rosa, 1975)). A luta por esse caderno reivindicativo tende a desenvolver-se como luta política que aparece como forma de garantir as reivindicações de carácter laboral.

Surge assim, numa segunda fase, a partir de fevereiro de 1975, o controlo operário, uma situação de luta política e questionamento do poder do Estado, organizado na base da fábrica ou empresa, para conseguir concretizar as reivindicações económicas. Este controlo ao nível da fábrica não é alheio ao desenvolvimento do controlo ao nível do bairro, realizado pelas comissões de moradores.

O desenvolvimento do controlo operário, a partir de fevereiro de 1975, é um dos fatores que explicam a nacionalização da banca. No caso português, não se limitou a haver uma nacionalização da banca, mas sim uma *expropriação*, porque esta é realizada sem indemnizações. As nacionalizações e a crise política

¹¹ Comissão Coordenadora das Empresas em Autogestão, *A Realidade da Autogestão em Portugal*, Lisboa, Perspetivas e Realidades, s/d

depois de 11 de Março de 1975 irão, porém, dar novo fôlego ao controlo operário pela própria estatização de várias empresas dos maiores grupos económicos que, por sua vez, também são nacionalizados, e onde se coloca a questão do controlo operário. Por outro lado, desenvolve-se uma luta social intensa dos trabalhadores nas empresas no sentido de conseguir a sua nacionalização (Central de Cervejas, Lisnave, entre outras). A conjuntura recessiva permanece: inflação, aumento galopante dos preços alimentares, dos transportes e, sobretudo, do desemprego – que atinge o seu pico nesta fase – estão no âmago deste processo.

Abre-se uma luta política dentro das empresas, sobretudo a partir de maio de 1975, entre os que se organizam no sentido de exercer o controlo operário, a partir de comissões de controlo sobre toda a produção (incluindo lucros e salários) com vista a «tomar o poder pelos trabalhadores» (posição que será possante ou dominante em muitas fábricas) e que por isso colocam a tónica organizativa na coordenação nacional das comissões de controlo, por setor, com as empresas satélites ou intercomissões; e um outro grupo de trabalhadores – onde se enquadram os trabalhadores dirigidos pelo PCP e pelo arco governativo – que se coloca numa posição de defesa da cogestão entre administrações, trabalhadores e Estado, ou entre Estado e trabalhadores, e que tende a colocar a tónica na defesa da «economia nacional», na «batalha da produção», e rejeita o controlo sobre salários, por exemplo, bem como a nacionalização de empresas com capital estrangeiro.

A prevista incapacidade do Governo para travar aquilo que seria uma derrota para a burguesia portuguesa, a constituição de um «soviete» nacional, uma coordenadora nacional das comissões de trabalhadores, que se configuraria como um poder alternativo nacional, um contrapoder ao Estado (e como tal ficará escrito nos documentos de plenários de diversas empresas), liderado pelo operariado industrial fortemente concentrado em três cidades, irá levar, na nossa opinião, à rutura governativa e à mobilização, pela Igreja, pelo PS e pela direita, da violência do «Verão Quente» contra setores operários e partidos de esquerda, e à decisão, tomada em agosto de 1975, de constituir uma nova frente ampla (que reuniu PS, Igreja, setores do MFA, direita) para preparar um golpe que travasse a revolução (e não um golpe para travar o Partido Comunista, como erradamente durante muito tempo se assumiu, dado que este se opunha ao controlo operário).

Porém, a rutura da coligação leva também à rutura do MFA e, com esta, a questão do controlo operário – situada ao nível das empresas e bairros – estende-se, depois de setembro de 1975, ao Exército, aos quartéis, até aí travado de certa forma por um poder alternativo *sui generis*, o do MFA, o qual tentava, sem sucesso, equilibrar e evitar o choque. Quando se desmembra o MFA, uma parte dos seus membros fica com a direita, mas uma parte da esquerda militar, com posições em setores chave das forças armadas, tenderá a apoiar formas, muito embrionárias,

de duplo poder (SUV¹², comissões de soldados) e isso levará a choques dentro do próprio PCP, reticente, entre a maioria da sua direção, a evoluir para um confronto e esperançoso nos reequilíbrios de tipo frentista com o próprio PS.

Apesar da construção de uma memória, em grande medida com origem no próprio PCP, à volta da ideia de que a queda do V Governo, que curiosamente o PCP nunca apoia *de facto*, teria sido o fim da revolução (associando revolução com governo, regime e Estado), o que a história do controlo operário demonstra é precisamente o contrário. A crise do regime e do Estado libertaram todas as amarras, ténues é certo, que ainda havia para que a revolução, isto é o poder popular e operário, se impusesse ao Estado. A crise revolucionária, aquele momento em que ou há uma tomada do poder e um deslocamento do Estado ou uma reposição pela força do equilíbrio político que permite as relações de produção capitalistas, começa *de facto* em setembro de 1975, conhecida eufemisticamente como «crise político-militar». O MFA arrasta consigo o último reduto de estabilidade estatal.

Recuperando, para sistematizar, como metáfora, o velho *slogan* da Revolução Russa, «os de cima já não podiam governar como antes e os de baixo já não queriam ser governados como antes». Veremos que, ao contrário da Revolução Russa, não existe em Portugal um partido revolucionário com hegemonia, e os que existem são frágeis, moleculares, embora os seus quadros tenham desempenhado um papel fundamental neste controlo operário, que remete para a força das ideias e organizações nas escolas técnicas, industriais e universidades no marcelismo, sob o impacto da revolução cubana, do guerrilheirismo latino-americano, do conflito sino-soviético, e mais diretamente essa outra aventura histórica europeia do pós-guerra, o maio de 68.

O último período de controlo operário, entre setembro e novembro de 1975, caracteriza-se assim pela paulatina construção de formas embrionárias de coordenação de controlo operário a nível nacional. Isto é, o desenvolvimento exponencial da força das comissões de trabalhadores e da preponderância das reivindicações políticas, contra o Estado, dentro dessas empresas: construção do socialismo, abolição das relações mercantis, abolição da sociedade de classes, recusa do apelo à reconstrução nacional, controlo dos lucros. Esta situação – a incapacidade do VI Governo¹³ para governar – dará acrescido impulso à criação de formas embrionárias de coordenação das comissões de trabalhadores, que em Lisboa, onde quase tudo se decidia pelo nível de macrocefalia administrativa e alto nível de concentração industrial, chega a concretizar-se com força e com grandes polémicas internas. Em 7 e 8 de novembro de 1975 dá-se o encontro

¹² Soldados Unidos Vencerão.

¹³ Houve 6 Governos durante a revolução dos cravos. O I, II, III e IV tinham participação do PS, PCP e PPD e militares, o V era sobretudo apoiado por militares próximo do PCP e o IV tinha todos os partidos mas era dominado politicamente pelo PS e os militares a este afectos.

das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, onde a questão do controlo operário e da coordenação nacional das comissões de trabalhadores são os dois temas que dividem as comissões aí presentes.

O IV Governo (dominado pelo PCP, o VI será dominado pelo PS), e o Conselho da Revolução, depois de assumirem o controlo sobre a banca – e assim tentarem colocar sob a proteção estatal um setorameçado de controlo operário –, vão adotar a estratégia de «batalha da produção» (a qual tem antecedentes históricos na França pós-1945, por exemplo), delineada pelo PCP no seio do Governo (para fazer face ao controlo operário) e apoiada por todos os membros da coligação.

A definição do PCP sobre o que entende por controlo operário – e que aplica através da Intersindical – é uma forma de cogestão (“O processo revolucionário e a batalha da produção” In: *Avante!*, 1975a, p. 4): organização dos trabalhadores em todo o tipo de organismos – sindicatos, associações, cooperativas, ligas de camponeses, comissões de moradores e outras – com vista a defender a revolução e assegurar a batalha da produção, a «principal frente de luta da classe operária» (Ibidem). Trata-se de *participarem* (e não controlarem) na produção e, em conjugação com os sindicatos, no estabelecimento dos planos das empresas, preços, problemas salariais, etc. (“Não há meio caminho nem meias tintas” In: *Avante!*, 1975a, p. 6) – estritamente vinculados ao objetivo que é a «batalha da produção». O secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas, membro do PCP, citado no *Avante!*, esclarece o alcance daquilo que o partido definia como «controlo operário»: «Esta batalha da reestruturação de todo o aparelho produtivo tem como vetores principais produzir melhor, com menores custos (“Fazer do trabalho ato revolucionário” In: *Avante!*, 1975b, p. 6).

O «controlo operário» estava, desta forma, submetido à batalha da produção. Mas também outra política, que se agrega a esta, que é a contenção daquilo que o PCP designava por «reivindicações irrealistas» por parte dos trabalhadores, num quadro em que, mesmo depois das nacionalizações, mais de 90% da força de trabalho laborava para um patrão privado e o Estado permanecia capitalista (Cunhal, 1976, pp. 43-45). Num comício do PCP realizado a 18 de maio de 1975 em Vila Franca de Xira, Álvaro Cunhal considera que a «grande tarefa do momento» é a «batalha da produção» e que esta tem de ser levada a cabo pondo fim às «reivindicações irrealistas» e às greves. No comício realizado a 28 de junho de 1975 no Campo Pequeno, Veiga de Oliveira, o ministro comunista dos Transportes e Telecomunicações do IV Governo, recordou a vitória da nacionalização dos caminhos de ferro, da TAP, dos transportes marítimos e de dezenas de empresas rodoviárias e condenou a onda de greves e reivindicações levadas a cabo nestas empresas, consideradas um ato de «sabotagem» da «reação» (“Com o PCP pela Unidade Popular rumo ao Socialismo” In: *Avante!*, 1975c, p. 4).

Esta política reúne um amplo consenso na coligação, no Conselho da Revolução, no MFA. O PS e o PPD¹⁴ declaram que a situação difícil exige contenção das reivindicações (“Coligação aceita unir forças contra a crise” In: *Diário de Lisboa*, 1975a, pp. 1 e 20); Costa Gomes afirma que o trabalho é a «forma de estar com a revolução» (“O trabalho enquanto forma de estar com a Revolução” In: *Avante!*, 1975d, p. 9); Ramiro Correia, por exemplo, anuncia que «o poder político passa pela batalha da produção» (“O poder político passa pela batalha da produção” In: *Diário de Lisboa*, 1975b, p. 1). O discurso de Vasco Gonçalves no dia do trabalhador está em total sintonia com a política defendida pelo PCP:

A nossa crise económica é, neste momento, o obstáculo fundamental a vencer. É a nossa grande dificuldade. E o tempo que temos para a vencer é limitado. Ou recuperamos, por nós próprios, com o nosso esforço, ou comprometeremos gravemente a marcha do nosso processo revolucionário, o futuro da nossa Pátria. Estaria à vista o regresso do fascismo, a dependência económica, a perda das liberdades. A nossa luta é decisiva. Apelo aqui a todos os trabalhadores, a todos os patriotas, para que se lancem na batalha da produção, de cuja vitória depende o futuro da Revolução. A batalha da produção é uma etapa necessária para vencer a crise económica e criar condições para o futuro desenvolvimento da economia, numa via para o socialismo. (Gonçalves, 1975)

As empresas nacionalizadas serão um dos centros nevrálgicos desta política.

A nacionalização de bancos, companhias de seguros e a seguir várias empresas estratégicas de grupos económicos portugueses dominantes que se dá, *grosso modo*, entre março de 1975 e maio de 1975, é uma política forçada pelos trabalhadores que, na dinâmica da revolução, a impõem aos partidos políticos e ao MFA, obrigando o Conselho da Revolução e o IV Governo Provisório a decretá-la. É a revolução que coloca as nacionalizações no centro da história de Portugal a partir de 1975. Nem o PCP, nem o PS, nem o MFA fizeram das nacionalizações uma estratégia no biénio 1974-75.

A história das nacionalizações é muito complexa porque ela reforça o poder estatal enquanto na aparência o retira às empresas. Tem traços bonapartistas, mas contraditórios, porque o desfecho das nacionalizações foi o controlo do Estado sobre as empresas, com o duplo resultado de salvar economicamente empresas no meio de uma recessão económica, mas também de resgatar a propriedade que estava objetivamente a ser colocada em causa pelos trabalhadores, pelo controlo operário.

¹⁴ Partido Popular Democrático.

A médio prazo – uma década depois –, os bancos e as empresas nacionalizadas serão devolvidos ao setor privado. Mas esse processo tem uma história, tem um começo e um fim: quando se dão as nacionalizações elas representam, naquele momento, a vitória dos trabalhadores, uma derrota do sistema capitalista, uma agudização da luta de classes que coloca diretamente em causa a propriedade privada. E a história da revolução a partir daí será também a história da extraordinária confiança que os trabalhadores e parte dos setores intermédios da sociedade ganham em si próprios a partir de 11 de março de 1975 – data da derrota do golpe de direita que implicou a generalização de organismos embrionários de duplo poder –, a confiança de que podem vencer, de que conseguem questionar a propriedade privada dos meios de produção, e essa confiança irá espalhar-se como um rastilho de pólvora por todo o País, estando na origem da crise revolucionária que começa em julho de 1975, o chamado Verão Quente.

A primeira nacionalização em Portugal a seguir à revolução dá-se menos de um mês depois da queda do regime. A 21 de maio de 1974 os trabalhadores da Companhia das Águas ocupam a sede da empresa e exigem a sua nacionalização. Passa a chamar-se Empresa Pública das Águas de Lisboa (EPAL)¹⁵. Mas será só depois da vitória da lei da independência das colónias, no verão de 1974, que voltam a fazer-se nacionalizações. Em setembro de 1974, pelos decretos-lei n.º 450, 451 e 452/74 são nacionalizados o Banco de Portugal, o Banco de Angola e o Banco Nacional Ultramarino, o que, de acordo com Medeiros Ferreira, «é o primeiro passo para o Estado ocupar o único lugar do lado português na gestão das consequências financeiras da descolonização que se desencadeara oficialmente com a Lei n.º 7/74, de 26 de julho» (Ferreira, 1993, p. 114).

De facto, a descolonização obrigava o capitalismo português a socorrer-se da centralização para salvar o máximo possível dos capitais ligados às colónias. Porém, não se deve subestimar o papel da luta revolucionária na metrópole na concretização destas medidas: primeiro, a descolonização foi ela própria determinada também pela dinâmica revolucionária da metrópole no após 25 de Abril; depois, os sindicatos dos bancários tinham estado envolvidos em fortes lutas desde o 25 de Abril de 1974, e é na sequência da derrota do golpe de direita encabeçado pelo general António de Spínola, em 28 de setembro de 1974, que o Estado aumenta o seu poder na fiscalização das instituições de crédito, por exemplo, com o Decreto 540-A/74, de 12 de outubro.

A maioria das nacionalizações é realizada entre 11 de março e maio de 1975. No dia 11 de março de 1975, os trabalhadores bancários, que ocupavam as instalações dos bancos, exigem a nacionalização da banca. No dia 12, o Conselho da Revolução, que se constitui nesse mesmo dia, anuncia a nacionalização

¹⁵ Em 1981 muda de nome para Empresa Pública das Águas Livres e, em 1991, para Empresa Portuguesa das Águas Livres, nome que hoje mantém.

da banca (ficam de fora os bancos estrangeiros) e, em 24 de março, a dos seguros. No dia 14 de abril, gigantescas manifestações apoiam, em Lisboa e no Porto, a nacionalização da banca (Diário Popular, 1975, pp. 9 e 11). A 15 de abril, por decisão do IV Governo Provisório, são nacionalizadas dezenas de empresas que pertenciam aos grupos financeiros, agora expropriados, incluindo as empresas de setores básicos da economia nacional como petróleos, eletricidade, gás, tabacos, cervejas, siderurgia, cimentos, transportes marítimos, celuloses, construção e reparação naval, camionagem, transportes coletivos urbanos e suburbanos, etc. Muitas destas empresas estavam ligadas, como referimos, aos grandes grupos económicos que tinham enriquecido no Estado Novo, como o Grupo CUE, o Grupo Champalimaud, o Grupo Espírito Santo, etc.

Muitas empresas, incluindo algumas de razoável dimensão, escaparam à vaga de nacionalizações – transformação da cortiça, refinação de açúcar, têxteis e exportação de vinho, a maioria no Norte do País. E foi precisamente através delas que se constituíram os primeiros núcleos dos novos grupos privados, como o de Américo Amorim.

A doutrina do Estado Novo consagrava a iniciativa privada, mas o setor empresarial do Estado (SEE) desenvolveu-se consideravelmente nesse período, como assinala Silva Lopes (Lopes, 1999, p. 310), com o Estado a deter posições de comando ou de influência nos transportes, refinarias, eletricidade, banca, etc. Estima-se que as empresas integradas no setor público empregavam, antes das nacionalizações, cerca de 2/3 da mão de obra do conjunto do que depois das nacionalizações ficou a empregar o SEE. Nos primeiros anos depois das nacionalizações de 1975, o SEE ocupava à volta de 300 mil trabalhadores, cerca de 8% da população ativa, e gerava um valor acrescentado bruto de entre 20 e 25% do PIB. Como refere ainda Silva Lopes, Portugal ficou com um dos setores empresariais de mais elevada dimensão da Europa Ocidental, mas mesmo assim não muito distinto do que se passava com a França, Itália, Reino Unido e Alemanha. Nesses países, em média, o setor público empregava 10% da força de trabalho (Ibidem, pp. 314-315).

As nacionalizações foram realizadas sob o impacto de uma crise generalizada de acumulação mundial e, de certa forma, a metodologia com que foram feitas – sem controlo operário – sugere que a burguesia portuguesa lançou mão das nacionalizações para salvar os dedos, uma vez perdidos os anéis. Ou seja, como forma de acabar com os conflitos sociais nas empresas e resgatá-las da crise de acumulação. O que é confirmado pela retórica dos partidos da coligação governamental que, sem exceção, apelavam à contenção das lutas nas empresas nacionalizadas, alegando que estas agora pertenciam ao povo português, omitindo que o Estado permanecia capitalista, bem como as empresas por este administradas. Medeiros Ferreira, por exemplo, defende que as nacionalizações permitiram aos militares ter controlo sobre o sistema financeiro (Ferreira, 1993,

p. 116) e Silva Lopes lembra o contributo destas para atenuar os efeitos da conjuntura económica (Lopes, 1999, p. 316).

A importância das nacionalizações durante a revolução não reside, essencialmente, no impacto económico nem no eventual desenho de uma economia de feição socialista – porque a economia, o Estado continuaram a ser capitalistas, os bancos e as empresas estrangeiras permaneceram sem intervenção.

Como já assinalámos, as empresas nacionalizadas empregavam, em 1975, 8% da população ativa. Esta importância, e daí serem um marco que divide fronteiras na revolução portuguesa, está no facto de as nacionalizações terem sido feitas sob exigência dos trabalhadores, muitas vezes reunidos em assembleias e ocupando as instalações das empresas para exigir a sua nacionalização. As nacionalizações foram também acompanhadas de extraordinárias vitórias dos trabalhadores, como importantes melhorias dos salários reais, num período de inflação elevada (20 a 30%), e outras regalias sociais. E foram realizadas sem indemnização. Reflexo agudo da luta de classes, muitos capitalistas, incluindo alguns dos homens mais ricos do País, foram presos a seguir ao golpe de 11 de março e/ou acabaram por fugir, a maioria para o Brasil, só regressando a Portugal a partir do fim do anos 70, quando os governos começaram a delinear um processo de indemnizações (ou devolução das empresas) que vieram primeiro a ser fixadas pela lei 80/77 de 26 de outubro (Ibidem, p. 320).

Para tentar impedir o controlo operário, Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, apresenta dois projetos de lei que almejavam (nunca irão concretizar-se na totalidade) um controlo estrito dos trabalhadores que dissipava as formas reais de controlo operário. No primeiro projeto de lei, de maio de 1975, é proposta a constituição oficial de comissões de controlo da produção, que devem participar na elaboração do plano da empresa e «velar pelo desenvolvimento normal da produção e pela sua melhoria qualitativa e quantitativa» (Documento do Ministério do Trabalho In: Patriarca, 1976b, pp.765-816). No segundo projeto, no seu artigo 5.º, estabelece que «a atividade das comissões não poderá nunca ser exercida contra os interesses globais da economia, pelo que não poderá contribuir em caso algum para a paralisação da regular atividade produtiva da empresa». O projeto estabelecia ainda que cabia às comissões de controlo da produção «velar pelo cumprimento do programa do Governo para o setor» (Documento do Ministério do Trabalho, 2º projeto de lei In: Patriarca, 1976b, pp. 765-816). No *Avante!*, sublinha-se esta política: criação de comissões de controlo destinadas a garantir «a vitória da batalha da produção» (“Com o PCP pela Unidade Popular rumo ao Socialismo”, 1975c, p. 4). Esta política, como referimos, reúne um amplo consenso na coligação, no Conselho da Revolução, no MFA. O PS e o PPD declaram que a situação difícil exige contenção das reivindicações (“Coligação aceita unir forças contra a crise” In: *Diário de Lisboa*, 1975a, pp. 1 e 20) e que o «o poder político passa pela batalha da produção» (“O poder político

passa pela batalha da produção” In: *Diário de Lisboa*, 1975b, p. 1; Gonçalves, 1975).

Mas há um debate dentro de setores minoritários do Governo contra esta estratégia. O documento de trabalho da Secretaria de Estado da Indústria e da Tecnologia do IV Governo Provisório, elaborado por João Martins Pereira, opõe-se ao documento de Carvalhas, afirmando que:

«O controlo da produção não poderá ser entendido como um fim, mas como um meio, entre outros, de efetuar na *prática* a revolução socialista ou, mais corretamente, de a atingir a mais breve prazo, evitando simultaneamente os conhecidos inconvenientes de uma ‘estatização’ de cima para baixo». Tal intervenção é vital para «obstar a pragmáticas motivações de ‘reconstrução nacional’ que adiam a revolução para quando ela estiver terminada (a exemplo do que sucedeu nos países europeus ocidentais no pós-guerra» (Patriarca, 1976b, pp. 760-770).

Muitos trabalhadores apoiam a política do Governo, mesmo em fábricas importantes (como a Sorefame) (Ibidem, pp. 765-816). Mas ela também despertará fortes resistências entre alguns setores, em dois níveis: permanece a luta pelo controlo operário, por um lado, e as reivindicações – salariais, oposição aos despedimentos, contestação às administrações – não abrandam, por outro.

Há várias tentativas de encontrar uma forma de pôr fim a este (des)controlo, por parte do Estado:

- a) A principal é a criação do Conselho da Revolução, que tenta reforçar os poderes militares da cúpula do MFA em articulação com o IV Governo.
- b) Tentativas de dirigir este poder paralelo em articulação com o Estado – *Documento Guia Povo-MFA*.
- c) Várias formas de ter uma força dentro deste processo, que se reflete nos conselhos criados em Lisboa (a Assembleia Popular/Comuna de Lisboa) e Setúbal (Comité de Luta) que articulam CTs e comissões de moradores e depois comissões de soldados. A mais importante será a coordenadora da CIL – Cintura Industrial de Lisboa. Mas também outras mais diretamente afetas aos partidos, caso dos Comités de Defesa da Revolução (CDRs), afetos ao PCP; dos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (afetos ao PRP-BR). E ainda o I Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores (dirigido pelo MRPP¹⁶, mas com a presença também do PRT¹⁷).

¹⁶ Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, maoista.

¹⁷ Partido Revolucionário dos Trabalhadores - trotskista.

O CDRs eram organismos «unitários, de direção apartidária, para defender o processo revolucionário em curso». De facto, eram organizações de carácter frentista, criadas pelo PCP em junho de 1975, como forma de disputar o controlo operário nas fábricas e empresas, que tinha sido ampliado a partir de fevereiro de 1975, em consequência sobretudo do desemprego, e conduzir a direção do controlo operário para formas de cogestão entre sindicatos, trabalhadores e Governo, ou autogestão sob intervenção do Estado. Foram criados em resposta ao aumento exponencial de formas de controlo operário, a nível de empresas e de setor, e também como reação a outras organizações semelhantes, criadas por partidos de extrema esquerda como o PRP-BR¹⁸, que criou os CRTSM¹⁹ inspirado na experiência cubana dos CDR.

Os CDRs – parece só terem tido impacto na cintura industrial de Lisboa, Marinha Grande e algumas zonas do Alentejo – tinham como objetivos especificamente o apoio e ligação ao MFA, a defesa do plano económico do Governo e, na disputa entre PCP e a extrema-esquerda, a luta contra «as manobras provocatórias e divisionistas». Nos seus objetivos formais, propunham a «vigilância permanente do processo revolucionário» para evitar o «fascismo», a «reação» e vigiar as empresas.

Os Comités de Defesa da Revolução visavam que os trabalhadores – eram propositadamente abertos a homens ou mulheres – tivessem uma preparação militar com vista a disputar nas empresas a estratégia frentista do PCP de impedir os entraves à produção, a «batalha da produção», quer estes entraves viessem do controlo operário, quer de formas de sabotagem económica ou descapitalização de empresas. Para além da disputa partidária, tratava-se sobretudo de conseguir evitar a coordenação da dualidade de poderes a nível nacional. Serão mobilizados nas campanhas de apoio a Vasco Gonçalves para pressão para a formação do V Governo (Governo dominado por militares de Esquerda) com um equilíbrio político semelhante ao VI Governo (governo dominado pelo PS) antes de se terem desmembrado. Como a estratégia do PCP nunca foi assente na luta armada dos trabalhadores, mas no reforço dos aparelhos sindicais e estatais, supostamente os CDRs nunca tiveram muita importância.

Os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros foram promovidos pelo PRP-BR. Tiveram a sua primeira conferência a 19 e 20 de abril de 1975. A iniciativa contou com a participação de trabalhadores de 161 empresas, entre as quais a Lisnave, Setenave, Siderurgia Nacional, e 21 unidades militares:

¹⁸ Partido Revolucionário Português –Brigadas Revolucionárias, guevarista.

¹⁹ Conselho Revolucionário de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros, guevarista.

Os CRTSM apareceriam como órgãos políticos da classe no sentido da tomada do poder e a implantação da ditadura do proletariado. É de assinalar a implantação militar desta iniciativa, refletindo a simpatia despertada pelo PRP-BR entre alguns jovens militares, entre os quais Otelo Saraiva de Carvalho (Pérez, no prelo).

Em setembro reúne-se na Covilhã, desta vez sob a égide do MRPP, mas também com a participação do PS e do PRT, um encontro nacional de CTs. Reconhecendo o valor das comissões sindicais, o congresso, que reúne 95 comissões de trabalhadores (53 com direito a voto, 42 com estatuto de observador), reconhece que estas não podem dar uma dinâmica revolucionária ao processo, a qual deve ser dada pela coordenação das CTs a nível nacional. Se o PS queria reforçar uma estrutura que fosse contrapeso ao PCP, e por isso apoia esta coordenadora, o MRPP e o PRT, de polos opostos, tinham uma visão mais conselheira do processo. Os eixos programáticos que saem das declarações do congresso são a luta pelas 8 horas diárias, 5 dias por semana, o armamento das CTs em comissões militares por elas constituídas, a recusa dos despedimentos e, sobretudo, «o desenvolvimento do controlo operário, de toda a produção e distribuição e consumo» (“Viva a Classe Operária”, 1975, In: Pasta “Portugal 1975-1975”).

A mais importante destas organizações será a coordenadora da CIL – que reúne as comissões de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa (CIL) –, que vai ser muito importante em «mobilizações no verão e outono de 1975, agrupando entre duas e três centenas de CTs da capital, e que irá desdobrar-se em estruturas regionais semelhantes em Setúbal, Porto e Braga nos meses e anos seguintes»²⁰. A CIL, embora tenha um peso de dirigentes afetos ao PCP, não foi até 1975 uma estrutura monolítica dirigida por este partido. A CIL é «a estrutura organizadora da grande manifestação realizada no Terreiro do Paço em 16-11-1975»²¹ e irá convocar várias manifestações com um amplíssimo poder de mobilização, entre setembro e novembro de 1975, apoiadas por quase todos os partidos à esquerda do PS.

Quando se reúnem, pela primeira vez, no Barreiro, a 8 de novembro de 1975, as comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, o PCP advoga uma política de manutenção da produção verificada por uma comissão de controlo da produção que represente «todos os setores importantes da empresa»; lembrando que havia, naquele momento, 322 mil desempregados, quase 10 vezes mais do que a 25 de Abril de 1974, o PCP considera, no encontro, que «a

²⁰ Pérez, Miguel, «Comissões de trabalhadores», In: *Dicionário de História da Revolução*, Porto: Figueirinhas (no prelo).

²¹ Pérez, Miguel, «Comissões de trabalhadores», In: *Dicionário de História da Revolução*, Porto: Figueirinhas (no prelo).

crise do desemprego não passa pela redução das horas de trabalho», mas sim por uma melhor organização dos trabalhadores, nacionalização do comércio externo e «máximo aproveitamento da capacidade produtiva» (“Encontro de trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa” In: *Avante!*, 1975e, p. 5). No seu conjunto, estas medidas permitem criar condições para a reposição da taxa de acumulação por parte dos patrões, medidas que o PCP considera que podem ser aplicadas conjuntamente com a «elevação dos salários dos trabalhadores mais mal pagos» e com a rejeição de indemnizações aos ex-patrões das empresas nacionalizadas. Finalmente, o partido afirma-se frontalmente contra a criação de um organismo nacional de coordenação das comissões de trabalhadores, defendendo que estas devem ter um papel como dinamizadoras das assembleias populares, mas sem qualquer coordenação entre si: «Vemos que a criação dum órgão superior das C.T. institucionalizado e com carácter definitivo poderá trazer o perigo de dispersar esforços, desviando as C.T. dos seus objetivos fundamentais» (Ibidem).

Referências

- AVANTE! Série VII, 22 de maio de 1975a.
_____. Série VII, 19 de junho de 1975b.
_____. Série VII, 3 de julho de 1975c.
_____. Série VII, 26 de junho de 1975d.
_____. Série VII, 13 de novembro de 1975e.
- BARRETO, António. “Mudança Social em Portugal: 1960-2000” In PINTO, Costa (coord.) *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D. Quixote, 2005.
- BARRETO, António & PRETO, Clara Valadas. *Portugal 1960/1995: Indicadores Sociais*. Mirandela: Público, 1996.
- BRINTON, Maurice, *Os Bolcheviques e o Controlo Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- CUNHAL, Álvaro. “Discurso no comício do PCP em Vila Franca de Xira, 18 de maio de 1975” In: *A Crise Político Militar. Discursos Políticos 5*. Lisboa: Avante!, 1976.
- DIÁRIO de LISBOA. 12 de maio de 1975a.
_____. 9 de maio de 1975b.
- DIÁRIO POPULAR. 15 de março de 1975.
- FERREIRA, José de Medeiros, *Portugal em Transe (1974-1985)*, In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- GONÇALVES, Vasco. “Discurso de Vasco Gonçalves no 1.º de maio de 1975”. In: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=poderpol01>, acesso em 14 de julho de 2009.

- GRAMSCI, António. “Controlo Operário” In: *L’Ordine Nuovo*, 10 de fevereiro de 1921. In <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1921/02/10.htm>, acesso em 11 de dezembro de 2011.
- HAMMOND, John. “Worker Control in Portugal: The Revolution and Today” In: *Economic and Industrial Democracy*. London: Sage, vol.2., 1981.
- HARMAN, Chris. *A People’s History of the World*. London-Sidney: Bookmarks, 2002.
- JAMES, C. L. R. *Jacobinos Negros*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- LENINE, Vladimir. *O Controlo Operário e a Nacionalização da Indústria*. Lisboa: Estampa, 1976.
- LOPES, José da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- MANDEL, Ernest (ed.), *Contrôle Ouvrier, Conseils Ouvriers, Autogestion*. Paris: François Maspero, 1975.
- MARTORANO, Luciano. *Conselhos e Democracia. Em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos obreros*, Bilbao: Ed. Zero, 1977.
- PATRIARCA, Fátima. Controlo Operário em Portugal (II), *Análise Social*, Vol. XII, 48, 1976a.
- _____. Controlo Operário em Portugal (I), *Análise Social*, Vol. XII (3.º), 47, 1976b.
- PÉREZ, Miguel. “Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros” In: *Dicionário de História da Revolução*. Porto: Figueirinhas (no prelo).
- ROSA, Eugénio. *A Economia Portuguesa em Números*. Lisboa: Moraes Editora, 1975.
- RTP. *Noticiário Nacional*, 7 de setembro de 1975 In: Arquivo da RTP.
- SANTOS, Maria de Lurdes; LIMA, Marinús Pires de & FERREIRA, Vítor Matias. *O 25 de abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.
- TROTSKY, Leon. *Workers Control of Production*, Letter to a group of German Left Oppositionists. August 1931. In: <http://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1931/310820.htm>, acesso em 2 de janeiro de 2012.
- _____. *História da Revolução Russa*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 3ª edição, Vols. II e III.
- VARELA, Raquel. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.
- «Viva a Classe Operária», órgão do Secretariado Nacional das Comissões de Trabalhadores, Ano I, 10 de outubro de 1975, In Pasta «Portugal, 1974-1975», Arquivo do International Institute for Social History, Amsterdam.

VISÃO. *Especial 25 de Abril*, 15 de abril, 2004.

WINN, Peter. *Weavers of Revolution: The Yarur Workers and Chile's Road to Socialism*. New York: Oxford University Press, 1986.

Recebido em abril de 2014

Aprovado em maio de 2014